

©Copyright, 2006. Todos os direitos são reservados. Será permitida a reprodução integral ou parcial dos artigos, ocasião em que deverá ser observada a obrigatoriedade de indicação da propriedade dos seus direitos autorais pela INTERFACEHS, com a citação completa da fonte. Em caso de dúvidas, consulte a secretaria: interfacehs@interfacehs.com.br

REFLEXÕES SOBRE A EXPERIÊNCIA DE LUTA EM TORNO DO LICENCIAMENTO DE UM GRANDE PROJETO DE CARCINICULTURA EM CARAVELAS, BAHIA

Cecília Campello do Amaral Mello

Mestre em Antropologia Social (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ); Doutoranda em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGAS/Museu Nacional/UFRJ).
ceciliamello@ufrj.br

RESUMO

O presente estudo se propõe a apresentar as perspectivas dos agentes sociais envolvidos numa experiência de luta em torno da primeira etapa do processo de licenciamento ambiental – ainda em curso – do maior empreendimento de carcinicultura do Brasil, que pretende abranger 1.500 hectares no manguezal do município de Caravelas, Bahia, Brasil. A possibilidade de instalação desse empreendimento provocou a irrupção extemporânea do que localmente se define como a *política*. Este artigo apresenta, num primeiro momento, as diferentes propostas de ação que aí se sucederam, a partir das concepções nativas do que seja a *política*. Em seguida, a partir dos dados etnográficos, propõe-se uma alternativa à concepção corrente fundada no relativismo perceptual, isto é, a idéia de que há um meio ambiente dado e diversas maneiras de concebê-lo ou representá-lo socialmente. Busca-se entender os diferentes sentidos que essa noção adquire a partir das perspectivas dos diferentes agentes sociais que a definem e de suas interações com aquilo que é localmente conhecido como o *mangue*. Por fim, propõe-se um exercício de reflexão que busca entender, nas variações ou diferenças dos pontos de vista, como os processos de objetificação do que seja o meio ambiente são, ao mesmo tempo, processos de subjetivação, isto é, de constituição de sujeitos.

Palavras-chave: conflito social; meio ambiente; manguezal; carcinicultura.

APRESENTAÇÃO ¹

Este artigo é um balanço inicial das minhas reflexões sobre um processo de mobilização social constituído a partir do anúncio da instalação de um grande projeto de fazenda de camarão em um pequeno município do extremo sul baiano. A análise se atém à primeira etapa do processo de licenciamento ambiental dessa que seria a maior fazenda de camarão projetada no Brasil, abrangendo 1.500 hectares sobre uma área de manguezal do município de Caravelas, Bahia. Este estudo se propõe a delinear as principais linhas de tensão que se constituíram entre os diferentes agentes sociais locais, a partir do anúncio da possibilidade de instalação desse empreendimento. Para os moradores, tornava-se evidente que a *política* irromperia fora do chamado *tempo da política*, ou simplesmente fora da política, expressão que designa o período eleitoral.² Cabe, portanto, indagar como a introdução ou intromissão extemporânea da política provocou rupturas, adesões e realinhamentos entre grupos sociais e organizações do município. E como essas disputas revelam as distintas concepções sobre o que seja o meio ambiente ou, simplesmente, o mangue, do ponto de vista dos diferentes grupos sociais envolvidos.³

Os eventos aqui descritos – que acompanhei passo a passo como pesquisadora entre os meses de setembro e novembro de 2005 – são examinados à luz do trabalho de campo intensivo que desenvolvi nessa pequena cidade, com fixação de moradia durante catorze meses entre agosto de 2004 e novembro de 2005. Trata-se de uma vertente do meu projeto de pesquisa de doutorado sobre aquilo que é definido como *política, cultura e meio ambiente*, do ponto de vista de um movimento cultural *afro-indígena* aí atuante.⁴ No início da década de 1980, jovens moradores da Avenida, área periférica da cidade, motivados pelos movimentos políticos e culturais nascidos do processo de democratização do país, formaram um grupo com o objetivo de fazer *arte e viver da arte*. Sua criação artística envolve intervenções nos espaços públicos da cidade com teatro, dança e capoeira, bem como a produção de esculturas e móveis com uma técnica singular de reaproveitamento da madeira *morta*. Essa técnica é, por um lado, entendida como uma alternativa de trabalho e, por outro, como uma forma de oferecer uma nova vida à madeira, *ressuscitando-a*. Para o Movimento Cultural, a arte não é entendida como um meio para outra coisa “mais fundamental”, mas como um fim, que pode oferecer, ao mesmo tempo, um sentido existencial e político para aqueles que a ela se dedicam. A perspectiva assumida no presente artigo não é externa aos grupos sociais analisados; busco, antes, seguir o olhar e o modo de reflexão próprio a esse movimento cultural, junto ao qual vivi e reaprendi o significado de muitas palavras.

O CENÁRIO INICIAL

Desaparecem as margens nas quais os mais pobres e mais móveis haviam conseguido subsistir, aproveitando tolerâncias, negligências, regras esquecidas ou fatos incontestados.⁵

Um dos problemas de se fazer pesquisa antropológica numa coletividade que fala a mesma língua do observador é a expectativa de que o sentido sobre aquilo que os nativos falam é auto-evidente. Muitos termos, como política, meio ambiente ou manguezal, por exemplo, por coincidirem com as categorias da sociedade do observador, podem parecer imediatamente familiares e ter seu sentido subsumido a um repertório de

sentido já dado. Alternativamente, um trabalho de campo de longo prazo, aliado ao exercício de um olhar etnográfico atento à diferença, permitem a descoberta de novos significados para palavras conhecidas. As reflexões aqui delineadas indicam que os sentidos que os nativos emprestam à noção de mangue, por exemplo, são elaborados e modificados de acordo com contextos sociais específicos, irreduzíveis entre si. O exercício que ora proponho é o de fazer proliferar os sentidos da política e do mangue, a partir de alguns elementos da etnografia.

Há quatro anos ouviam-se boatos de que Caravelas, pequena cidade do sul baiano, fora escolhida pela Bahia Pesca, órgão de desenvolvimento da pesca do governo do estado da Bahia, como local com vocação natural para a implantação de fazendas de camarão. Essa cidade de vinte mil habitantes, mais conhecida como o porto de partida para o Parque Nacional Marinho de Abrolhos, finalmente iria retomar seu caminho rumo ao desenvolvimento, sinônimo, neste caso, da criação de empregos e aumento da renda circulante na cidade.

Caravelas é descrita por seus moradores como a cidade do já teve, uma alusão aos vários ciclos econômicos que aí se sucederam. De grande produtor de óleo de baleia durante o Brasil-colônia a importante centro do comércio regional na primeira metade do século XX, Caravelas tem sua história marcada pela construção da ferrovia Bahia-Minas, inaugurada em 1881 e extinta em 1966. Foi um pólo de expansão da indústria madeireira, praticamente esgotada, assim como da produção cafeeira e agro-pecuária na Bahia, hoje pouco significativa. As escavações por petróleo na década de 1980 foram decepcionantes, e o turismo para a região dos Abrolhos é escasso e intermitente. A partir do final da década de 1980 a monocultura do eucalipto se expandiu rapidamente pela região, ocupando amplas faixas de terras até então destinadas à agricultura familiar ou à pecuária extensiva. A expansão do eucalipto provocou o êxodo de grandes contingentes populacionais de antigas áreas rurais para centros urbanos regionais, como Teixeira de Freitas, ou capitais como Belo Horizonte e Vitória.⁶ Nesse contexto de reduzidas possibilidades de inserção econômica, a produção de camarão em cativeiro, também conhecida como carcinicultura, apareceu no horizonte dos moradores da cidade como uma alternativa de desenvolvimento econômico.

Um breve esclarecimento sobre a definição técnica do que seja a carcinicultura, a produção de camarão em cativeiro:⁷ as fazendas são, em resumo, um conjunto de grandes tanques e canais construídos sobre manguezais, um ambiente artificial para o qual a água disponível é bombeada continuamente e onde são introduzidas larvas de camarão de uma espécie exótica, desenvolvidas em laboratório. Os tanques são preenchidos com grandes quantidades de ração e hormônios para a engorda e antibióticos indispensáveis para impedir o alastramento de epidemias. Esses produtos são vendidos por empresas de grande porte dos ramos químico, farmacêutico e alimentício, e possibilitam até três ciclos produtivos de 90 dias/ano, garantindo uma produção ininterrupta às fazendas.⁸

Essa atividade necessita recursos hídricos livres de poluição e, paradoxalmente, contribui para o esgotamento desses mesmos recursos e provoca o alastramento de doenças no próprio camarão. A contaminação dos mananciais levou muitos produtores a se deslocarem para áreas onde os manguezais ainda estão intactos e a privatizarem os ambientes de uso comum, onde reiniciam o ciclo de produção-esgotamento. Nos países onde esse tipo de atividade se instalou, um rastro de destruição em larga escala foi amplamente registrado, em função da desestabilização de ecossistemas e modos de vida e da geração de fome e miséria em zonas costeiras outrora afluentes.⁹

A POLÍTICA IRROMPE FORA DO TEMPO DA POLÍTICA

A notícia de que um grande empreendimento de carcinicultura estava em processo de licenciamento no CRA – Centro de Recursos Ambientais, órgão ambiental estadual, foi o motivo da reunião convocada às pressas pelo escritório local do Programa Marinho da CI – Conservação Internacional, organização não-governamental internacional com escritório no Brasil.¹⁰ O local da reunião era o Centro de Convivência do Projeto Manguezal,¹¹ vinculado ao um núcleo de pesquisas do Ibama.¹² Este órgão ambiental federal é também responsável pela administração do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos, com sede no município. Além de técnicos da CI e do Projeto Manguezal, estavam presentes nessa primeira reunião pesquisadores em ciências naturais e humanas com projetos de pesquisa na cidade, bem como pescadores das associações dos marisqueiros e participantes do movimento cultural afro-indígena.

Poucos dias antes, o escritório local da CI tivera acesso ao EIA-Rima (Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental) da empresa, encaminhado pelo representante da sociedade civil no Cepram – Conselho Estadual de Meio Ambiente. Os presentes foram informados de que a audiência pública ocorreria dali a nove dias. Alarmados com a notícia inesperada, puseram-se a delinear as estratégias de ação a serem postas em prática até a data da audiência. O técnico da CI destacou que o empreendimento estaria infringindo uma série de leis e resoluções ambientais e defendeu a importância da elaboração imediata de um parecer técnico independente sobre o EIA-Rima, com o apoio dos pesquisadores presentes. E, paralelamente, sugeriu a formação de *células de articulação na comunidade* para informar a população sobre os riscos latentes para a pesca e a mariscagem, as primeiras atividades que seriam diretamente afetadas pelo empreendimento.

Um pescador presente mostrou-se cético quanto à adesão do seu grupo, uma vez que o empreendedor divulgara a criação de mais de três mil empregos a partir da instalação da fazenda, promessa que provocou a adesão imediata dos moradores do município. Outro pescador presente revelou que a Prefeitura já estava atuando na zona ribeirinha, reunindo pequenos grupos e convencendo-os a aderir ao empreendimento com o argumento da geração de empregos.

O representante do movimento cultural afro-indígena sustentou que os moradores do município muitas vezes vêem as ONGs ambientalistas e o Ibama como um todo indiferenciado, em suas palavras, como *uma coisa só*. Por outro lado, destacou que os moradores do município se ressentem em relação às ONGs ambientalistas e ao Ibama por este conjunto de agentes ter aceito alguns anos antes – após breve oposição inicial – a instalação do terminal marítimo da empresa Aracruz Celulose na cidade.

Em 2002, a Aracruz instalou um terminal marítimo particular no rio Caravelas, para o transporte das toras de eucalipto até a fábrica de celulose em Aracruz, Espírito Santo. Para conseguir as licenças necessárias, a Aracruz foi obrigada a cumprir uma série de *compensações ambientais*, implementadas por algumas ONGs locais, como o Instituto Baleia Jubarte, e pelo Ibama.¹³ Do ponto de vista dos moradores, os ONGs e o Ibama não se preocuparam com a participação da população na definição das *compensações ambientais*, optando por defini-las diretamente com a empresa, num processo entendido como pouco transparente. Esse representante do movimento cultural sugeriu, por fim, procurar determinadas lideranças para conversar, um modo não apenas de informá-las sobre os riscos do empreendimento, mas também de impedir sua cooptação pela empresa.

No dia seguinte, as organizações presentes nessa primeira reunião se organizaram para conseguir o adiamento da audiência pública junto ao CRA, e muitos

ofícios foram enviados ao órgão estadual, que finalmente aceitou postergar a audiência por vinte dias. Durante esse intervalo, um técnico do CRA se dirigiu pessoalmente à sede do movimento cultural afro-indígena para indagar a seus coordenadores sobre as razões do pedido de adiamento da Audiência. Sobre o capô do carro oficial do órgão estadual, o técnico do CRA desdobrou um grande mapa da área de manguezal onde o empreendimento desejava se instalar, buscando persuadir os integrantes do movimento de que a carcinicultura não traria impactos ambientais. A inusitada situação – um técnico do órgão estatal que se supõe garantir a licitude do processo de licenciamento a tentar pessoalmente convencer moradores sobre os supostos benefícios do empreendimento – desconcertou os integrantes do movimento cultural. Após a saída do técnico, um deles comentou: “O pessoal tá numa usura... Vai ser muito pior que o eucalipto. Estão tratando essa questão como se fosse campanha partidária. É muita ganância”.

A comparação com o *eucalipto* é muito reveladora, tendo em vista que a chegada da empresa Aracruz Celulose no município foi um momento de acirramento das disputas políticas e de injeção de dinheiro na cidade, tal como é fato corrente no período eleitoral. Num primeiro momento, ONGs e Ibama se opuseram à instalação do porto da Aracruz. Mas logo passaram a negociar a administração das *compensações ambientais*. Segundo moradores, a estratégia empregada com sucesso pela empresa para conseguir a liberação de suas licenças de localização e operação do porto foi a liberação maciça de recursos financeiros sob basicamente três formas: *condicionantes*, *patrocínios* e *presentes*.¹⁴

É significativa também a comparação do processo de licenciamento com o período eleitoral. Para os moradores da parte periférica da cidade conhecida como *Avenida*, onde vivem os integrantes do movimento cultural, o anúncio da chegada de um empreendimento desse porte e o aparecimento de agentes estatais no seu encaixo também guarda semelhanças com o *tempo da política*, quando são procurados por pessoas e grupos que muitas vezes ocupam cargos na administração pública em busca de apoio para seus candidatos.

A *política*, aqui, é sinônimo de eleições, período em que *corre muito dinheiro* na cidade e que gera um desejo de enriquecimento – a chamada *ganância* – nos sujeitos envolvidos na campanha eleitoral. Todos querem usufruir da afluência de recursos que de modo repentino e momentâneo toma conta de uma cidade cuja renda circulante é mínima. Embora tida como inevitável, a *ganância* é socialmente condenada como um fator desagregador e identificada como vetor de disputas entre os moradores, que desejam reter parte desse fluxo para si ou sua família, numa prática chamada de *usura*. Nesse sentido, a *política* é aqui entendida como um fluxo incontrolável que adentra e atravessa a cidade, em momentos precisos instilando em seus moradores sentimentos e práticas moralmente duvidosos. A irrupção da *política* fora do *tempo da política* e a percepção de que disputas entre os próprios moradores da cidade se anunciavam foi motivo de inquietação para os participantes do movimento cultural. As divergências entre os moradores são entendidas como algo negativo, um fator de *discórdia* num ambiente imaginado como calmo ou *sossegado*.

Esses eventos iniciais revelam de forma aguda algumas das linhas de tensão que se colocaram então nas relações entre ONGs, Ibama e grupos locais. Cabe, portanto, a indagação: como a introdução ou intromissão extemporânea da *política* provocou rupturas, adesões e realinhamentos entre grupos sociais e organizações do município?

Em primeiro lugar, à confiança reinante das ONGs e do Ibama de estarem do “lado bom”, enquanto defensores dos interesses comuns do *meio ambiente* e das *populações tradicionais* foi contraposta, pelo movimento cultural afro-indígena, a existência de uma desconfiança dos moradores em relação a essas entidades. Essa *desconfiança* seria motivada pelas ações, num passado recente, de determinadas ONGs e do Ibama em sua

relação com uma grande empresa – a Aracruz Celulose. Para os grupos locais, ONGs e Ibama teriam capitulado ou sido coniventes com a empresa, o que teria sido decisivo para aumentar sua desconfiança. Mais do que isso, evidenciou-se que a relação ONGs-Ibama com a empresa Aracruz Celulose foi interpretada localmente como uma relação de aliança e, por esse motivo, tais entidades dificilmente seriam tidas como interlocutores legítimos pelos grupos sociais da cidade. Embora nem todas as ONGs tenham aceitado recursos das compensações ambientais (como é o caso da CI-Brasil), do ponto de vista dos moradores não haveria muitas diferenças entre as ONGs e nem mesmo entre elas e o Ibama, posto que todas têm como objeto de sua ação o meio ambiente e os grupos que *usam o meio ambiente*.

Uma segunda ruptura, desta vez no plano discursivo, operou entre ONGs e grupos locais. A elaboração de um parecer técnico independente sobre o EIA-Rima foi uma das estratégias políticas de contraposição ao empreendimento. A CI conduziu os esforços de construção de um contra-discurso científico, instrumento que se mostrou fundamental para a disputa jurídica eventualmente acionada.¹⁵ Dotada de um quadro técnico altamente qualificado em termos acadêmicos, a CI é considerada uma organização detentora de legitimidade para a produção de um discurso científico sobre o meio ambiente. Em função disso, angariou a colaboração dos pesquisadores presentes na reunião inaugural para a elaboração do chamado *Contra-Rima* ou “Parecer Independente sobre o EIA-Rima”.

Um olhar mais atento sobre o *Contra-Rima* revela uma divisão entre os sujeitos considerados socialmente aptos para produção de um discurso científico sobre o empreendimento e aqueles que não dispõem de legitimidade para tanto. No plano técnico-científico, o *Contra-Rima* funciona de modo efetivo, ao analisar, argumentar e refutar os inúmeros erros, omissões, falsificações e inverdades produzidos pela consultoria contratada pela empresa para legitimar sua instalação. Porém, esse discurso demarca muito claramente os limites do parecer competente ao incluir apenas técnicos, cientistas, mestres e doutores na rede que o constituiu. O embate necessário no plano técnico-científico tem seu reverso: impede a reverberação de outras falas, entre as quais a ausência mais significativa é notadamente aquela dos grupos sociais potencialmente atingidos.

Finalmente, uma última linha de tensão se constituiu no que se refere à estratégia de mobilização proposta pelos pesquisadores de fora e aquela defendida pelo movimento cultural. Os pesquisadores de fora propuseram desencadear um processo de *mobilização ostensiva*, realizado em praças públicas, com o intuito de informar a *comunidade em geral* sobre o empreendimento. Uma vez informadas, supunha-se que as pessoas estariam esclarecidas sobre os efeitos sociais e ambientais nocivos das fazendas de camarão e, deste modo, se posicionariam publicamente de forma contrária à entrada do empreendimento no município. Os pesquisadores de fora acreditavam em um poder inerente à *informação*, que encerraria em si mesma uma potência mobilizadora, capaz de desencadear um movimento de resistência nos grupos sociais a ela expostos.

No entanto, os participantes do movimento cultural contrapuseram certo grau de ceticismo aos pesquisadores instigados pelos embates políticos que se anunciavam. Propuseram uma outra forma de fazer política: a *conversa* com pessoas determinadas, que detêm o *respeito* de muitos grupos locais. Esta seria, a seu ver, a forma por excelência de se constituir microalianças locais, solidificadas pelas relações de confiança, amizade e parentesco preexistentes entre os moradores da cidade. Trata-se da interlocução entre sujeitos com rosto, que se reconhecem mutuamente e sabem os limites de sua exposição. Nas palavras de um integrante do movimento cultural:

É uma relação de colega pra colega. A gente faz na base da conversa, nos momentos oportunos. Sou filho da cidade, colega, amigo, a minha família tem amizade

com a deles, é um jeito diferente. Se conversar com ele direitinho, você deixa uma dúvida na cabeça do cara. Ele vai refletir quando chegar em casa, vai pensar nisso antes de dormir.

Tanto o movimento cultural como os pesquisadores de fora defendiam que a chamada *cooptação das lideranças pela empresa* não era um dado inevitável, uma vez que a discussão sobre os riscos do empreendimento poderia ser uma forma de, ao menos, impedir a adesão de determinados grupos ao projeto de carcinicultura. Não obstante, as duas estratégias de ação se diferenciam, uma vez que a ênfase dos pesquisadores de fora é no poder inerente da *informação*, ao passo que, do ponto de vista do movimento cultural, a *informação* é simplesmente o conteúdo da *conversa*, esta sim fundamental. Entende-se que a *informação* pura e simples sem nenhum tipo de relação prévia entre os sujeitos é inócua, incapaz de gerar laços sociais de proximidade ou ruptura. A política da conversa proposta pelo movimento cultural indica que as relações entre os sujeitos são primeiras e mais fundamentais que a informação; a conversa é capaz de provocar a adesão do interlocutor, mas esta se dá antes de tudo em função das relações de parentesco, amizade e confiança que os ligam previamente.

Observa-se, portanto, que o anúncio da chegada de um grande projeto na cidade provocou a eclosão extemporânea deste fluxo incontrollável chamado política. Esse evento atravessou a cidade e fez aparecer tensões onde antes não se supunham ou não se viam, fato lamentado pelos moradores, que não contavam com a introdução de disputas num ambiente tido como apaziguado, evidentemente só até a próxima política. Esse fluxo permitiu, por outro lado, a explicitação de desavenças antigas a opor o conjunto dos moradores locais ao conjunto ONGs-Ibama, vistos pelos primeiros com desconfiança, como um todo unívoco e indiferenciado. Embora as ONGs tenham agendas próprias que as distinguem entre si, o parecer independente sobre o EIA-Rima demarca, do ponto de vista das ONGs, a mesma divisão que se supunha existir apenas a partir do ponto de vista dos moradores: de um lado os técnicos de fora, e, de outro, a população local. Essa oposição ganha relevo e contornos mais nítidos, por fim, na proposta de ação política dos pesquisadores de fora, fundada numa presumida potência transformadora da informação, contra a qual se opõe o movimento cultural da cidade, que defende o primado da *conversa* e da relação sobre a informação.

QUATRO CARTOGRAFIAS

A intenção desta parte é exprimir a diferença dos pontos de vista de quatro agentes sociais – o empreendedor, as ONGs, as marisqueiras e as crianças – na sua relação com o mangue. O que a etnografia ajuda a revelar sobre seus distintos meios ambientes?

1. Os empreendedores

As observações de campo indicam que a categoria *empreendedor* não se aplica tão-somente à Coopex – Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia, o consórcio de 26 empresários e investidores – muitos pertencentes à mesma família – que pretendem instalar fazendas de camarão em Caravelas. Reduzir a *palavra empreendedor* ao grupo empresarial em questão seria ignorar outros agenciamentos observados, cujas ações se articulam no sentido da promoção da carcinicultura no município. Portanto, por uma questão de coerência taxonômica, deve ser incluído no

recorte empreendedor o conjunto das instituições que desenvolveram ações visando garantir a instalação das fazendas de camarão no município.

Numa relação direta com a Coopex, observa-se o *empreendedor Bahia Pesca*. Esse órgão – voltado para o desenvolvimento da atividade pesqueira no estado da Bahia – vinha, desde julho de 2002, perscrutando alternativas de negócios rentáveis e divulgando-as para investidores em potencial. Além da Bahia Pesca, são *empreendedores* os representantes do poder municipal – isto é, da Prefeitura de Caravelas e da Câmara de Vereadores – que alteraram a Resolução Normativa regulamentadora da atividade de carcinicultura no município e destituíram as organizações locais contrárias à instalação da grande fazenda do Conselho Municipal de Meio Ambiente, viabilizando legalmente o empreendimento.

Por fim, dentro da classificação *empreendedor* deve-se incluir a consultoria contratada pela Coopex para realizar o EIA-Rima, que avaliza a instalação da carcinicultura no manguezal do município. A viabilidade ambiental do empreendimento é referendada pela consultoria não obstante a afirmação, no próprio EIA-Rima, de que sérios riscos ambientais adviriam a partir da instalação da grande fazenda. Exemplar disso é o caso da contaminação do lençol freático – fonte do abastecimento de água do município – pelas águas polutas dos tanques de camarão. A consultoria oferece um instrumental que legitima em termos técnicos a instalação do empreendimento, apesar de afirmar que os impactos no lençol freático causados pela infiltração da água dos tanques serão *irreversíveis, permanentes* e de *longo prazo* (PLAMA, 2005, p.27).¹⁶ Portanto, no caso estudado, o empreendedor deve ser entendido como o conjunto de agentes descrito, no qual coexistem harmonicamente o investidor privado, órgãos da burocracia estatal, o governo municipal e as consultorias especializadas na produção e comercialização de laudos científicos.

O meio ambiente do empreendedor é a chamada *área do empreendimento*, uma porção de 1.500 hectares de terras definidas como devolutas e supostamente *compradas de antigos posseiros* entre 2002 e 2004.¹⁷ Essas terras estão localizadas num ponto estratégico, que dispõe de recursos hídricos em abundância, além de ser próximo à sede do município, ao frigorífico da cidade e ao aeroporto. Segundo o técnico da Bahia Pesca presente na Audiência Pública, trata-se de um terreno com *vocação natural* para a criação de camarão em cativeiro, que, além disso, encontra-se próximo a um entreposto de armazenamento e a uma saída direta para o mercado internacional. O meio ambiente dos empreendedores – os empresários, a Bahia Pesca, a Prefeitura e a consultoria – é, portanto, um território vazio e improdutivo habitado por pessoas *analfabetas*¹⁸ e sem alternativas econômicas,¹⁹ em vias de se tornar um agronegócio dinâmico e lucrativo de produção para exportação.

2. As organizações não-governamentais

As organizações não-governamentais entram neste quadro, a princípio, numa relação de oposição ao empreendedor, ou seja, posicionando-se publicamente de forma contrária à instalação das fazendas de camarão no município. É importante, porém, estabelecer distinções nesse conjunto que muitas vezes é equivocadamente tomado como um todo homogêneo e estável ao longo do tempo. Participaram do processo de mobilização pelo menos três ONGs: a já citada CI (Conservação Internacional – Brasil), o IBJ (Instituto Baleia Jubarte) e a Ecomar (Associação de Estudos Costeiros e Marinhos dos Abrolhos, organização ambientalista local). Num primeiro momento, as ONGs não se opuseram da mesma maneira e na mesma proporção à entrada da carcinicultura no

município. Observando sua atuação, é possível detectar diferenças entre elas e nuances na forma como são conduzidas internamente.

Enquanto a CI e a Ecomar atuaram energicamente nas atividades de *mobilização* e na produção do *Contra-Rima*, o IBJ, no momento inicial, limitou-se a participar de algumas reuniões e se absteve de colocar na pauta do seu principal evento público anual, a Semana da Baleia, patrocinado pela BR Distribuidora e pela Aracruz Celulose, quaisquer menções à ameaça da carcinicultura. Isso porque a Prefeitura ameaçara não liberar o alvará para a realização do evento numa quadra municipal caso o tema das fazendas de camarão fosse abordado nos debates. Esse acontecimento abriu uma bifurcação, obrigando o IBJ a tomar uma decisão: buscar um local alternativo ou fazer um acordo com a Prefeitura, silenciando sobre a carcinicultura. O IBJ preferiu esta última opção e assim garantiu a realização do evento na quadra de esportes do município. Absteve-se, portanto, nesse primeiro momento, de se contrapor ao empreendedor.²⁰ E tornou-se, assim, alvo de críticas da coalizão recém-formada de oposição à carcinicultura, que realizou uma intervenção direta, invadindo um debate da Semana da Baleia no auditório da principal escola estadual da cidade. Integrantes da coalizão tomaram o microfone e, após criticarem a ausência do debate sobre as fazendas de camarão numa atividade de *educação ambiental*, exibiram um vídeo sobre os impactos sociais e ambientais da carcinicultura e debateram-no com os estudantes.

Dentro das próprias ONGs, a questão da carcinicultura é um tema controverso. O caso da CI-Brasil é exemplar no que se refere à mudança de orientação interna. Num primeiro momento, a atividade de mobilização contou com a liderança de um analista do escritório local do CI, que disponibilizou de forma irrestrita a estrutura física da ONG para as atividades da coalizão. Nessa primeira etapa, porém, a CI viu-se com recursos financeiros limitados para prosseguir numa atividade para a qual não dispõe de um orçamento específico, por ser entendida como reativa, isto é, motivada por um evento inesperado. Atividades de mobilização social e política não são computadas nos projetos e na alocação de recursos dessa instituição, que prioriza atividades de cunho científico e se define como *a-política*. Porém, conforme as mobilizações e embates com o empreendedor se intensificaram, notadamente após a Audiência Pública, outros técnicos da organização passaram a atuar na linha de frente da disputa. Deste modo, ao longo do processo, o enfrentamento à carcinicultura passou a contar também com a dedicação de mais técnicos, além do próprio diretor do Programa Marinho da CI, em ações junto ao Ministério Público, campanhas na imprensa, articulação política e articulação com outras ONGs.

E o que seria o manguezal onde se planeja a instalação da Coopex, do ponto de vista das ONGs? A quase totalidade dos quadros das ONGs é formada por biólogos e oceanógrafos, pessoas treinadas para exercitarem um olhar científico sobre o mundo, o que supõe a definição da área em questão como um *ecossistema*, regulado por uma dinâmica natural própria, habitado por determinadas *populações* e protegido por legislações específicas.

Os cientistas das ONGs entendem que o rio Caravelas e seus afluentes são o principal estuário do Banco dos Abrolhos, local de nascimento e reprodução da fauna marinha e, portanto, crucial para a manutenção da atividade pesqueira nesta região que, não por acaso, é a mais produtiva do Nordeste.²¹ Segundos os pesquisadores, a produção de camarão em cativeiro contaminaria esse estuário, uma vez que os efluentes das fazendas – contendo compostos químicos poluentes – seriam nele lançados sem o devido tratamento. Afirmam ainda que o projeto de carcinicultura prevê a retirada da vegetação nativa – restingas e mangues – de uma ampla área, e que a introdução de uma espécie exótica de camarão asiático ocasionaria riscos diretos às espécies nativas, base do sustento de significativa parcela da população humana. Um quadro de

imprevisibilidade quanto às conseqüências biológicas e ecossistêmicas seria produzido a partir da introdução da carcinicultura no ambiente descrito.

Além de ser regulado por uma dinâmica natural, o manguezal também é objeto de uma série de regulamentações jurídicas. Trata-se de área considerada de Extrema Importância Biológica pelo governo brasileiro; localiza-se no limite da Zona de Amortecimento do Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e dentro de uma área em estudo para criação de uma Unidade de Conservação Federal; inclui ainda Áreas de Preservação Permanente e leitos de rios, e é definida como Terrenos de Marinha, ou seja, Bens da União. Trata-se de um território atravessado por uma série de dispositivos jurídicos previstos na Constituição, em leis ambientais e em resoluções do Conama – Conselho Nacional de Meio Ambiente, o que, do ponto de vista das ONGs, legitimaria a opção de uma atuação que enfatiza a disputa na esfera propriamente jurídica.

3. As marisqueiras

As marisqueiras são as catadoras de caranguejo, siri, aratu, ostra, guaiamum, *ameixa* e sururu, moradoras da área ribeirinha ou da cidade, em geral mulheres, embora muitos homens desempenhem essa atividade. Janaína e sua cunhada Lourdes moraram muitos anos na *roça*, como designam a terra que sua família ocupa entre o rio Caribê e o rio do Poço, na parte conhecida como Tapera. As casas de pau-a-pique eram o pouso certo após o trabalho diário intenso entre quatro da manhã e três da tarde, catando mariscos e pescando. Há um ano e meio, porém, os caranguejos começaram a escassear até sumir por completo. Até hoje as razões desse fenômeno são incertas. Alguns pescadores levantam a hipótese de contaminação do lençol freático pelos agrotóxicos das plantações de eucalipto da Aracruz, que avançam sobre o manguezal. Há quem associe o *sumiço* do caranguejo à prática predatória da coleta do crustáceo com gás de botijão, que teria envenenado o manguezal. Algumas marisqueiras apostam que a expansão de doenças no caranguejo está relacionada com a presença de fazendas de camarão em áreas mais ao norte do estado e com o uso sistemático de remédio, antibióticos, para conter as epidemias comuns no crustáceo criado em cativeiro.

As marisqueiras apresentam muitas hipóteses, mas sabem que elas não mudam em nada o quadro atual de ausência de caranguejos. Algumas afirmam ser mais um sinal de que o mundo vai se acabar, indicando que o caminho de destruição da natureza traçado pelos homens seria um indício forte da degenerescência que levará ao apocalipse. Outras reagem e afirmam que *quem se acaba somos nós* e preferem ver no reaparecimento de um ou outro filhote de caranguejo e no nascimento de mais um filho o sinal de que, apesar de toda ação humana destrutiva, a vida sempre se regenera.

Durante o período da mortandade de caranguejo, Janaína deixou de obter uma renda de aproximadamente 600 reais por mês. Ela *tirava* 150 reais por semana vendendo o catado do caranguejo para atravessadores. Por isso, foi obrigada a *desfazer* (literalmente, desmontar) sua casa na área ribeirinha, trazer as telhas para a cidade e reconstruí-la no chamado Bairro Novo. Esse bairro é uma ocupação recente de uma área de manguezal à beira do rio dos Macacos, onde antes o traçado urbano terminava. Essa área foi ocupada, loteada e vendida para muitos moradores da zona ribeirinha que, como Janaína, perderam sua principal fonte de renda e foram para a cidade tentar a sorte. Tornou-se, então empregada doméstica na casa de uma família abastada e passou a ganhar meio salário mínimo por mês, quase o que tirava do *mangue* por semana.

Hoje, Janaína vive numa área sem saneamento básico, sujeita a alagamentos constantes e doenças. Seu filho mais novo, de 8 anos, contraiu hepatite B em meados de 2005 e a fez ter muitos gastos com medicamentos e exames. Por insistência, conseguiu

que o Secretário de Saúde do município pagasse pessoalmente alguns dos remédios do filho e lhe é muito grata desde então. O marido de Janaína, conhecido como *pajé* ou *pai de santo* pelos moradores da região ribeirinha, também deixou de catar caranguejo e foi trabalhar como pedreiro na Barra, distrito à beira-mar que concentra as novas construções na cidade. Nos últimos meses de 2005, com o reaparecimento do caranguejo e da ostra, Janaína e seu marido largaram esses empregos e voltaram ao manguezal. Participaram das mobilizações contra a vinda das fazendas de camarão de forma ativa, mas evitaram pronunciar-se publicamente por temer represálias da Prefeitura, uma vez que dependem dos favores do prefeito e dos seus secretários para obter remédios, calçamento das ruas e saneamento básico.²²

Para as marisqueiras, portanto, o manguezal é um espaço aberto onde têm livre acesso aos recursos que garantem a subsistência de forma autônoma e permite que não se trabalhe para outrem. O manguezal das marisqueiras é também um espaço desestabilizado, uma vez que vem perdendo sua capacidade de auto-reprodução em função de acontecimentos sobre os quais elas não têm controle. Enquanto o mangue permite que se viva dos seus recursos, as marisqueiras estão lá para extraí-los, mas quando ele não é mais capaz de garantir a subsistência da família, elas buscam outras alternativas, como o emprego doméstico ou a extração da semente da aroeira, atividade que vem crescendo na região. Apesar da percepção de que vivem num ambiente ameaçado, as marisqueiras concebem o mangue como seu meio de vida. Nas palavras de dona Maria, marisqueira de 75 anos: “o manguezal é a nossa casa, o nosso emprego e a nossa feira; é como eu criei meus 13 filhos”.

4. As crianças

O parecer das crianças sobre a chegada da carcinicultura na cidade irrompeu muitas vezes nas atividades de mobilização. Era muito comum a presença das crianças nos encontros públicos promovidos pela Coalizão de resistência à carcinicultura e, num deles, uma menina de 12 anos denunciou publicamente que “na escola os professores não falaram nada pra gente sobre as fazendas de camarão”. A partir do depoimento dessa menina, foi possível entender que havia de fato uma estratégia do empreendedor (no caso, a Prefeitura) no sentido de silenciar possíveis debates nas escolas em torno do empreendimento. O prefeito da cidade convocara uma reunião do Conselho de Educação para apresentar aos diretores de escola o projeto de carcinicultura, defendendo-o com entusiasmo e sugerindo que não toleraria manifestações contrárias ao empreendimento. Todos os pedidos de espaço nas escolas da Coalizão contrária à carcinicultura no município foram negados pelas direções, e a única forma encontrada de *informar* os estudantes foi a intervenção direta já mencionada, no debate “Educação Ambiental em Caravelas”, em que o tema da carcinicultura não estava em pauta.

Por outro lado, as crianças moradoras da parte periférica da cidade conhecida como Avenida se relacionam de forma cotidiana com o manguezal. O terreno contíguo à sede do Movimento Cultural é um sítio, cujos limites tangem tanto a Avenida quanto o mangue.²³ As crianças de que falo têm entre 5 e 14 anos e costumam brincar juntas seja nas ruas da Avenida, seja na sede do Movimento Cultural ou nos pastos, matas e manguezais que compõem o sítio, que se encontra numa área que é a um só tempo rural e urbana. A notícia de que uma fazenda de camarão poderia vir a poluir o rio dos Macacos preocupou enormemente as crianças e gerou perguntas e inquietações. “Você não sabia que esses riachos que descem até o sítio vêm do Rio dos Macacos?”, indagou-me uma delas. “Eu já segui o caminho desse riacho aí escondido da minha mãe e fui sair lá no Bairro Novo, que é onde passa o rio dos macacos”, confirmou outra.

O conhecimento empírico das crianças sobre as conexões surpreendentes entre os muitos rios, córregos e braços de mar da região, levou-as à conclusão imediata de que a poluição em um ponto acima de um rio distante poderá poluir seus afluentes próximos, uma vez que, como disse uma delas, “o rio corre e a sujeira também”. Por esse motivo, as crianças se tornaram muito interessadas em saber como funciona o processo de licenciamento. Rui alegrou-se ao ouvir de uma vizinha que as ONGs, pescadores e marisqueiras haviam atuado energicamente na Audiência Pública de forma a demarcar de um modo consistente seus argumentos contrários às fazendas de camarão. “Então nós ganhamos?”, quis saber, imaginando a audiência pública como um mecanismo de democracia direta em que as decisões são conformadas a partir do livre confronto de opiniões. Decepcionou-se ao saber que a decisão final sobre a instalação das fazendas caberia ao Conselho Estadual de Meio Ambiente e questionou: “Se são eles que decidem, por que tem uma audiência?”.

No mangue, Guto costuma capturar o guaiamum, crustáceo que está habituado a comer, presentear seus pais e avós ou vender, ganhando algum dinheiro, com que ajuda a família a pagar o gás e adquire doces para si e seus irmãos. Foi o tio que o ensinou a fazer armadilhas de lata – as *ratoeiras* – para pegar o guaiamum no mangue seco. Guto passa manhãs inteiras construindo armadilhas e aventurando-se no mangue atrás dos crustáceos desejados. Isso é motivo de orgulho para a mãe, que costuma contar alegremente quantos guaiamuns o filho captura por dia e convidar as amigas para comer a iguaria.

As crianças sabem que não podem ir muito longe nem demorar muito, porque, embora tenham uma grande margem de independência e liberdade – especialmente se comparadas às crianças da cidade grande –, os pais realmente se preocupam em saber onde elas estão. Mas vez por outra gostam de *escapar*, aventurar-se, arriscar-se no desconhecido. O manguezal é um dos lugares escolhidos para essas fugas, por ser uma área aberta, *sem dono*, como elas dizem, e todavia próximo. Elas sabem que o fundo do sítio é formado de alagados, riachos e manguezais, terras habitadas por animais como cobras e jacarés, com que aprendem desde cedo a identificar e se relacionar. O manguezal é fonte de brincadeiras, de conhecimentos, de reflexões sobre a participação política, de alimentos saborosos, de presentes para os familiares e de *fugas* que permitem que as crianças fiquem a sós entre si mesmas e reflitam sobre si e sobre o mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O *mangue* é sinônimo de *recurso econômico* para o empreendedor, ecossistema para as ONGs, casa para as marisqueiras e aventura para as crianças. Através da sua relação com o manguezal, esses sujeitos constituem o mundo em que vivem e, reciprocamente, a si próprios.

Os empreendedores concebem o manguezal como *recurso econômico*, meio do qual podem retirar sem custo algum os recursos hídricos de que necessitam para a produção do camarão em cativeiro. O valor final do camarão será tanto mais competitivo quanto menores forem seus custos de produção. Valendo-se do acesso gratuito a uma matéria-prima disponível em abundância e externalizando os custos da produção para o manguezal e as populações extrativistas, os empreendedores esperam obter lucros crescentes e aumentar a arrecadação do município. Ignorando o manguezal como fonte de trabalho e renda, divulgam sua atividade como *geradora de emprego* e de *qualidade de vida* para uma cidade que é definida como desprovida de alternativas econômicas.

O manguezal das ONGs ambientalistas é um *ecossistema natural* interligado por um complexo estuarino, que possui importância direta para o equilíbrio ecológico do

Banco dos Abrolhos, região que concentra a maior biodiversidade marinha do Atlântico Sul. Trata-se de uma rede de inter-relações ecológicas complexas, a ser protegida enquanto espaço de reprodução da vida dos animais marinhos e das populações que aí residem. Se por um lado não dependem do manguezal para sua subsistência, por outro, o exercício de profissões encontra-se intensamente vinculado à existência de ecossistemas preservados. Sua relação com o manguezal é científica, supõe portanto exterioridade para com essa base natural. No entanto, a partir do encontro com os pescadores e marisqueiras que aí vivem, em alguns deles ocorreu a eclosão de uma nova sensibilidade, que permitiu o início de um diálogo mais intenso com esses grupos, uma comunicação que é entendida ao mesmo tempo como *difícil, turbulenta e enriquecedora*.

O mangue do pescador e da marisqueira é o lugar onde nasceram e cresceram, a lama com a qual construíram suas casas, as árvores usadas para combustível, construção de móveis e canoas e o alimento com que se criaram e criam seus filhos. A marisqueira concebe o mangue como a continuação da sua casa. Quando o mangue muda, ela também muda de casa, levando-a consigo para a outra margem do rio, a cidade. Nesse movimento, ela revela ao etnógrafo o que é o seu manguezal-casa, um mundo que, se preservado, garante sua subsistência e independência, mas que, contaminado, torna-se instável e gerador de vulnerabilidades outrora inexistentes sob tal forma. A cada momento em que a marisqueira percorre o mangue, ela traça uma cartografia pessoal feita de qualidades, potências e acontecimentos, num processo constante de confronto com as próprias condições de existência e de remodelização da subjetividade e do seu próprio devir.

O manguezal das crianças é uma área aberta a perder de vista onde costumam brincar e se aventurar. Trata-se de uma sucessão de alagados, pequenos riachos, ilhotas e pedaços de terra firme habitados por animais que capturam e vendem ou oferecem como presente aos familiares e colegas. O manguezal das crianças é o *lado de fora da casa*, onde constituem relações entre si e com a vida vegetal e animal que aí se encontra e com que aprendem a lidar. A partir de sua relação com o mangue, as crianças vivem um encontro com o *fora* e, ao mesmo tempo, com o *dentro*, um processo de subjetivação e de constituição das suas próprias cartografias. O manguezal das crianças é uma fronteira aberta, espaço de explorações virtualmente infinito, fonte de brincadeiras e de perigo, lugar onde aprendem a lidar com o desconhecido, familiarizando-o; com seus fantasmas, superando-os, e com os pais, ora presenteando-os, ora escapando da sua presença.

De um ponto de vista geofísico, pode-se afirmar que se está falando do mesmo lugar, ou seja, de uma porção do território natural do município. Porém, de um ponto de vista antropológico, faz sentido afirmar que se trata do mesmo lugar? Uma solução provisória seria afirmar que todos versam sobre o *meio ambiente*. A noção de meio ambiente tal como Ingold (2000, p.20) a define é interessante por ser um termo relativo, isto é, o meio ambiente é o meio de alguém, forjado pelas atividades dos seres que nele habitam; está sempre em transformação e nunca é algo completo ou finito.

No entanto, *meio ambiente*, enquanto noção que permite uma variada gama de significados, é operatório somente até determinado ponto. Cabe, em primeiro lugar, discutir a questão do relativismo perceptual, que repousa na idéia de que há uma base natural dada sobre a qual são construídas diferentes representações que irão variar segundo os agentes sociais em questão. Um mesmo objeto é percebido de diferentes formas, segundo os pontos de vista dos diferentes sujeitos, que o constroem de diferentes modos. Daí, a aparência de se estar referindo a vários objetos diferentes quando, de fato, estar-se-ia remetendo a um só, dado *a priori*.

Com base nos dados etnográficos levantados, desejo propor uma alternativa à concepção corrente de que há um só meio ambiente e diversas maneiras de concebê-lo ou representá-lo socialmente. Para tanto, busquei delinear as perspectivas dos diferentes

agentes sociais em sua relação com o *mangue*. Gostaria de propor que certos modos de subjetivação-objetivação se processam na relação que os agentes estabelecem com o que se conhece como manguezal. Em outras palavras, o meio ambiente não está dado previamente, nem tampouco é construído; antes, são os pontos de vista que constituem os objetos e, ao mesmo tempo, os próprios sujeitos.

Esta é uma reflexão em curso e certamente sujeita aos riscos do seu não-acabamento. O processo de constituição do manguezal enquanto *recurso*, *ecossistema*, *casa ou aventura* aqui brevemente descrito se faz de forma concomitante aos processos de subjetivação – de si para si e de si para o mundo – vivenciado pelos agentes sociais. O que esses diferentes agentes sociais apresentam não são simplesmente diferentes formas subjetivas de se “representar o mundo”, mas sim modos particulares de se relacionar com aquilo que é o mangue, do seu ponto de vista. A partir das perspectivas dos empreendedores, das marisqueiras, das ONGs e das crianças, aquilo que à primeira vista parece um só meio ambiente se transforma e se multiplica em muitos e distintos mundos. A intenção do presente estudo reside acima de tudo em fazer proliferar os diversos heterônimos das palavras *política* e *manguezal*, a partir da etnografia, de modo a apresentar ao leitor não uma, mas muitas concepções do que seja a política e não um meio ambiente unívoco, mas muitos mangues e modos de vida a eles associados.

NOTAS

¹ Agradeço o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq à realização desta pesquisa. Agradeço também ao Prof. Eder Jurandir, aos pareceristas ad hoc, a Omar Nicolau, a Elaine Corets e a Guilherme Dutra, pelos comentários à primeira versão deste artigo. Ressalvo, porém, que o bom ou mau uso das observações é de minha inteira responsabilidade. Dedico este artigo a James Fahn que, mesmo estando do outro lado do mundo, desempenhou um papel crucial para o curso dos acontecimentos.

² Para uma análise dos significados nativos do “tempo da política” e seu papel na constituição e reordenação dos laços sociais, ver PALMEIRA, & HEREDIA, 1993.

³ As palavras grifadas em itálico são termos nativos.

⁴ O Movimento Cultural foi fundado e até hoje é liderado por jovens e adultos que se definem como afro-indígenas, por serem descendentes dos negros e índios habitantes da região do norte capixaba e do sul baiano, convertidos em trabalhadores rurais, que durante as décadas de 1970 e 1980 venderam ou perderam suas terras e seguiram para as cidades pequenas e médias da região em virtude da expansão das grandes madeiras e da pecuária. Hoje, os afro-indígenas são os habitantes da Avenida, uma região periférica e outrora estigmatizada de Caravelas. Para um estudo mais aprofundado sobre o tema, ver MELLO, 2003.

⁵ FOUCAULT, 1994, p.467.

⁶ Hoje, as empresas de celulose Aracruz e Bahia Sul são proprietárias de 43 por cento das terras do município de Caravelas (KOOPMANS, 1995, p.74).

⁷ A inspiração veio da criação artesanal de camarão, segundo um modelo amplamente espalhado pela Ásia de construção de pequenos currais de bambu nas margens dos manguezais, onde o camarão fica retido por causa da variação das marés. Trata-se, porém, de uma inspiração longínqua, visto que o modelo que vem sendo implementado hoje mundo afora, nada mais é que um sistema de produção intensivo, vendido a capitalistas de médio e grande porte, que chegou a ser denominado ‘revolução azul’, expressão cunhada por técnicos da FAO – Organização das

Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação –, que até a década de 1990 divulgava as fazendas de camarão como estratégia de segurança alimentar, para assegurar “proteína para os pobres” (FAHN, 2003, p.182). As fazendas de camarão necessitam mananciais limpos, posto que um recurso fundamental do seu processo produtivo é a disponibilidade de água em abundância e livre de poluição. Nos mananciais que banham manguezais é normalmente encontrada uma proporção de água doce e salgada ideal para o crescimento das larvas de camarão.

⁸ Governos e órgãos multilaterais investiram maciçamente na agroindústria do camarão durante as décadas de 1980 e 1990, e sua expansão se deu a partir do sudeste asiático para a costa do Pacífico da América do Sul, América Central e Nordeste brasileiro. No Brasil, a criação do Departamento de Pesca e Aqüicultura – DPA dentro do Ministério da Agricultura, em 1998, aumentou exponencialmente a produtividade da carcinicultura voltada para exportação. Em 1997, antes da criação do DPA, a produção anual desse setor foi de 3,6 mil toneladas. Em 2001, a produção anual foi de 40 mil toneladas e, em 2004, a produção chegou ao pico de 76 mil toneladas, um crescimento vertiginoso de 2.110 por cento, alavancado pelos investimentos públicos do BNDES, do Banco do Nordeste e da Sudene. A partir de 2005, porém, em função do alastramento de epidemias no camarão, a produção das fazendas decresceu para 65 mil toneladas. O valor total da exportação do camarão cultivado foi de 111 milhões de dólares em 2002, 170 milhões de dólares em 2003, 151 milhões de dólares em 2004 e 129 milhões de dólares em 2005. Apenas no primeiro semestre de 2006, as exportações de camarão cultivado já somam 72 milhões de dólares. (Associação Brasileira de Criadores de Camarão, 2006).

⁹ ONGs internacionais, como a Environmental Justice Foundation e o Greenpeace, produziram relatórios detalhados sobre a destruição dos ecossistemas e violações aos direitos humanos praticadas pela agroindústria do camarão em cativeiro. (SHANAHAN et al., 2003; HAGLER et al., 1997).

¹⁰ A missão da ONG Conservação Internacional do Brasil aponta para os objetivos combinados de preservar a biodiversidade global e demonstrar que as sociedades humanas podem viver em harmonia com a natureza. Ao envolver as sociedades humanas nos seus objetivos, a CI reconhece que seu trabalho adentra o mundo das relações sociais e políticas nos locais aonde atua.

¹¹ Projeto Integrado de Manejo e Monitoramento para Uso Sustentável pela População Ribeirinha no Manguezal de Caravelas – Bahia, desenvolvido pelo Cepene – Centro de Pesquisa e Gestão de Recursos Pesqueiros do Litoral Nordeste, centro de pesquisas do Ibama, como meio de fomentar o associativismo e agregar valor aos recursos ambientais do manguezal. O Centro de Convivência foi desenvolvido com recursos da Aracruz Celulose, como um dos condicionantes para a instalação do porto da Aracruz no rio Caravelas, implantado em 2002. Para uma análise aprofundada do Projeto Manguezal, ver NICOLAU, 2006.

¹² Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

¹³ O Instituto Baleia Jubarte ficou responsável por ministrar aulas de educação sexual e ambiental para os operários da construção do porto (por mim etnografadas em MELLO, 2006) e o Ibama recebeu verbas que financiaram a construção de um Centro de Visitantes para o Parque Nacional Marinho dos Abrolhos e para a implementação do Projeto Manguezal, pelo Cepene. Observe-se que, na época da definição das medidas condicionantes e compensatórias, a CI teve uma posição clara de não aceitar quaisquer recursos da Aracruz Celulose (mesmo oriundos das compensações ambientais), mas esse posicionamento não foi amplamente divulgado na cidade, o que leva hoje muitos moradores a acreditarem que a CI aceitara recursos da Aracruz.

¹⁴ A empresa conseguiu vencer a oposição inicial de algumas ONGs e do Ibama através da liberação dos recursos das compensações ambientais, implementadas por essas instituições. Ademais, a empresa ofereceu recursos adicionais ao Instituto Baleia Jubarte sob a forma de patrocínio, o que garante que seu logotipo esteja presente nas camisetas, materiais impressos e carros da entidade. Segundo moradores da cidade, os presentes ou afagos – no caso, carros Fiat

zero quilômetro – foram distribuídos pela empresa para os vereadores e secretários municipais que a princípio se opuseram à construção do porto.

¹⁵ De fato, o Parecer Técnico independente foi o instrumento técnico a sustentar a formulação dos argumentos jurídicos que embasaram a Ação Civil Pública proposta pelo Ministério Público Federal contra o Estado da Bahia, o CRA e o Cepram, com pedido de liminar para a suspensão do processo de licenciamento ambiental do empreendimento. A liminar, deferida por decisão do juiz da comarca de Caravelas, suspendeu o processo de licenciamento em março de 2006, mas foi logo em seguida cassada por decisão do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

¹⁶ Alguns exemplos sobre a questão da contaminação do lençol freático contidos no EIA-Rima: “A alta vulnerabilidade dos aquíferos livres à poluição favorece a contaminação dos recursos hídricos subterrâneos por atividades antrópicas”. (PLAMA, 2005, v.II, p.39). “As águas dos tanques, além de serem relativamente salinas (14 a 20 ppt), conterão resíduos orgânicos provenientes da alimentação do camarão e excretas dos mesmos. Embora seja realizada a compactação do solo onde serão implantados os tanques, poderá ocorrer a infiltração desta água no solo alterando as propriedades físico-químicas do mesmo, além de oferecer risco de contaminação do lençol freático”. (PLAMA, 2005, v.III, p.27).

¹⁷ Declaração pública de um dos investidores da Coopex em reunião do Comdema realizada em 14/09/05, apud MOURA et al., 2005, p.17.

¹⁸ PLAMA, 2005, v.II, p.146.

¹⁹ Afirma a consultoria que “na comunidade próxima ao empreendimento, praticamente não existe atividade econômica, a pesca e mariscagem são pouco representativas, no pomar observa-se algumas frutíferas (manga, caju), alguns suínos, galinhas e bovinos, todos criados soltos” (PLAMA, 2005, v.II, p.151).

²⁰ É importante observar, porém, que, após esta hesitação inicial, o IBJ passou a atuar nas campanhas de imprensa e na articulação com o grupo que liderou o processo de mobilização política, então denominada Coalizão SOS Abrolhos.

²¹ As informações a seguir se baseiam em MOURA et al., 2005, p.47-8.

²² Na audiência pública, Lourdes formulou por escrito a pergunta que sintetiza todo o ceticismo do seu grupo em relação aos supostos benefícios sociais e ambientais das fazendas de camarão: “Tem uma coisa que eu não entendo. Se vocês [empreendedores] querem tanto o camarão, gerar emprego e ainda preservar o mangue, não seria mais fácil comprar o camarão nativo da mão do pescador daqui?”.

²³ Durante o trabalho de campo, morei por seis meses nesse sítio, onde se situa a casa de um dos integrantes do Movimento Cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATISTA, P. I.; TUPINAMBÁ, S. V. A carcinicultura no Brasil: o agronegócio do camarão. Cadernos sobre Comércio e Meio Ambiente, n.3 – “Frango com camarão: Receitas do agronegócio para um Brasil insustentável”. Rio de Janeiro: Fase, p.63-82, 2004.
- DELEUZE, G. Foucault. Lisboa: Veja, 1986.
- FAHN, J. A land on fire: the environmental consequences of the Southeast Asian Boom. Colorado: Westview Press, 2003.
- FOUCAULT, M. La société punitive (1973). In: Dits et écrits. Paris: Gallimard, 1994.
- GUATTARI, F. Caosmose: um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

- HAGLER, M. et al. Shrimp, the devastating delicacy: a Greenpeace report. s.l.: Greenpeace, 1997.
- HERNANDEZ, E. (Org.) Financiación del Banco Mundial a la camaronicultura en América Latina. s.l.: Greenpeace, 1992.
- INGOLD, T. The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill. London and New York: Routledge, 2000.
- KOOPMANS, Pe. J. Além do eucalipto: o papel do Extremo Sul. Teixeira de Freitas (BA): Centro de Defesa dos Direitos Humanos, 2005.
- LEROY, J. P.; SILVESTRE, D. R. Populações litorâneas ameaçadas: carcinicultura, pesca industrial, turismo, empreendimentos públicos e poluição. Relatório da Missão a Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente. Projeto Relatores Nacionais em DhESC, 2004. 58p. (mimeogr.)
- MOURA, R. L. et al. Parecer independente e questionamentos sobre o EIA-Rima do Projeto de Carcinicultura da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex). Caravelas, out. 2005. (mimeogr.)
- MELLO, C. C. Obras de arte e conceitos. Cultura e antropologia do ponto de vista de um grupo afro-indígena do Sul da Bahia. 2003. 126p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Museu Nacional. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- _____. Perspectives on nature, conservation and management: the brazilian eucalyptus monoculture through the eyes of conservation NGOs and local communities. In: INTERNATIONAL ASSOCIATION FOR THE STUDY OF COMMON PROPERTY, 10, 2004. Oaxaca (Mexico). Papers from the 10th Biennial Conference of the IASCP. Oaxaca: IASCP, 2004.
- _____. Educar, controlar, circunscrever: notas etnográficas sobre biopolítica no extremo sul baiano. In: JACOBI, P.; FERREIRA, L. (Org.) Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil. Coleção ANPPAS. São Paulo: Annablume, 2006.
- NICOLAU, O. Ambientalismo e carcinicultura. Disputas de “verdades” e conflito social no Extremo Sul da Bahia. 2006. 116p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). CPDA – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- PALMEIRA, M.; HEREDIA, B. Le temps de la politique. Études rurales, Paris, n.131-132, p.73-88, 1993.
- PLAMA – Planejamento e Meio Ambiente Ltda. 2005. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do Projeto de Carcinicultura da Cooperativa dos Criadores de Camarão do Extremo Sul da Bahia (Coopex). v.I-V.
- PNUD-IPEA. Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: www.pnud.org.br/atlas, acesso em jul. 2006.
- REVISTA DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CRIADORES DE CAMARÃO – ABCC Estatísticas Nacionais. Disponível em www.abccam.com.br, acesso em jul. 2006.
- SCHÖPKE, R. Por uma filosofia da diferença: Gilles Deleuze, o pensador nômade. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: Edusp, 2004.
- SHANAHAN, M. et al. Smash & grab: Conflict, corruption and human rights abuses in the shrimp farming industry. London: Environmental Justice Foundation, 2003.
- ZOURABICHVILI, François. Deleuze: une philosophie de l'événement. Paris: PUF, 1994.
- _____. Deleuze e o possível (sobre o involuntarismo na política). In: ALLIEZ, E. (Org.) Gilles Deleuze: uma vida filosófica. Rio de Janeiro: Ed. 34, 2000.

Artigo recebido em 25.10.2006. Aprovado em 12.12.2006.